

Ex-governadores do Rio, Anthony e Rosinha Garotinho são presos

Os ex-governadores do Rio de Janeiro Anthony e Rosinha Garotinho foram presos na manhã desta terça-feira (3/9). Eles são investigados pela participação de um suposto esquema de construção para moradias populares. É a quarta vez que o ex-governador é preso. Já Rosinha está sendo presa pela segunda vez.

Reprodução/Facebook



Anthony e Rosinha Garotinho são investigados por construção de moradias

Além dos ex-governadores, foram alvos de mandados de prisão e busca e apreensão Sérgio dos Santos Barcelos, Ângelo Alvarenga Cardoso Gomes e Gabriela Trindade Quintanilha. As ordens foram expedidas pela 2ª Vara Criminal de Campos, no norte fluminense.

Segundo a denúncia do Ministério Público do Rio de Janeiro, investigações mostraram que houve superfaturamento em contratos celebrados entre a Prefeitura de Campos dos Goytacazes e a construtora Odebrecht, para a construção de casas populares dos programas “Morar Feliz I” e “Morar Feliz II”, durante os dois mandatos de Rosinha como prefeita, entre 2009 e 2016.

De acordo com o MP-RJ, as ilegalidades nos contratos foram reveladas por dois executivos da Odebrecht, Leandro Andrade Azevedo e Benedicto Barbosa da Silva, em acordo de delação firmada na operação “lava jato”.

Em entrevista depois da operação, a promotora Simone Sibilio informou o motivo da prisão preventiva dos acusados. “É notório que eles podem evidentemente fazer ameaças, ainda que psicológicas, ou manejo com testemunhas que foram arroladas.”

A defesa de Rosinha e Garotinho afirmou, em nota, que a prisão é absolutamente ilegal, infundada e se refere a supostos “fatos pretéritos”. “A Prefeitura de Campos pagou apenas pelas casas efetivamente prontas e entregues pela construtora Odebrecht.”

Alem de informar que vai recorrer da decisão, a defesa “ênfatisa ainda que a Odebrecht considerou ter sofrido prejuízo no contrato firmado com a Prefeitura de Campos e ingressou com ação contra o município para receber mais de R\$ 33 milhões”. “A ação ainda não foi julgada e, em janeiro deste ano, a



Justiça determinou uma perícia que sequer foi realizada."

Segundo o advogado Vanildo José da Costa Junior, "estranha-se que o Ministério Público fale em superfaturamento quando a própria empresa alega judicialmente ter sofrido prejuízo".

Meta Fields